

BOLETIM DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº 10

2º TRIMESTRE DE 2022



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS

LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL



**Red
ODSAL**
Rede de Observatórios de la Ciudad
Social en América Latina desde sus
Universidades Católicas

SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.

Boletim Desigualdade nas Metr6poles. Porto Alegre/RS, n. 10, 2022

Disponível em:
<<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>>
<<http://www.pucrs.br/datasocial>>

*As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata
Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr6poles
Pesquisador da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro
Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Coordenador do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Paula Guedes Martins Ferreira
Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Observatório das Metr6poles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)
PUCRS-Data Social: laboratório de desigualdades, pobreza e mercado de trabalho.
Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Fundação PORTICUS
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

AGRADECIMENTOS

Data Zoom (<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/>)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)
imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br
(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metr6poles
comunicacao@observatoriodasmetrolopes.net

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1

No conjunto das metrópoles, a desigualdade mensurada através do coeficiente de Gini ficou em 0,615, retornando assim ao nível do período anterior à pandemia. Trata-se, no entanto, de um patamar de desigualdade ainda bastante superior ao do início da série histórica, no ano de 2012, quando o Gini se encontrava na casa de 0,58.

2

A média de rendimentos no conjunto das Regiões Metropolitanas aumentou no 2º trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, interrompendo o comportamento de queda e alcançando o valor de R\$1.518,35. Este valor, entretanto, ainda é 6,5% menor do que aquele verificado no momento imediatamente anterior à pandemia.

3

A média de renda do trabalho dos 40% mais pobres no conjunto das metrópoles cresceu no 2º trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, chegando a R\$ 250,64 per capita. Esse valor ainda é 0,4% inferior ao valor registrado no 1º trimestre de 2020, momento anterior à pandemia, e 22% menor do que o valor mais alto da série histórica iniciada em 2012.

4

A razão de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, outro indicador de desigualdade abordado neste Boletim, também registrou queda, alcançando resultado de 30,6, o que significa que os 10% mais ricos ganhavam, em média, 30,6 vezes mais que os 40% mais pobres. Esse resultado indica com clareza que, embora em queda, a desigualdade de renda nas metrópoles ainda se encontra em patamares alarmantes.

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

5

A renda dos 10% mais ricos era 10,1% menor no 2º trimestre de 2022 em relação ao último trimestre antes da pandemia (1º trimestre de 2020). Enquanto ao longo de 2020 os mais pobres sofreram uma queda brutal em seus rendimentos, muito superior ao que ocorrera com os mais ricos, entre 2020 e 2021 essa tendência se reverteu. Por um lado, a renda dos mais pobres foi se recuperando, e no último trimestre se aproximou do patamar pré-pandêmico. Por outro lado, a renda dos mais ricos teve queda substantiva ao longo de todo o período, mas que pode ter começado a se reverter no 2º trimestre de 2022.

6

O percentual de pessoas morando em domicílios com renda per capita do trabalho inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo caiu para 23,4% no segundo trimestre de 2022. Trata-se de uma recuperação em relação ao patamar imediatamente anterior à pandemia, mas ainda distante do nível encontrado no início da série, de 2012 até 2014, quando aquela cifra variava entre 17% e 19%.

7

Em termos absolutos, no 2º trimestre de 2022 o número de moradores com rendimento de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo correspondia a 19,7 milhões de pessoas, o que é superior aos 17,9 milhões registrados no mesmo trimestre de 2019.

01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI¹ e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não

passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país². E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as regiões metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável

1 Fundo Monetário Internacional.

2 Ver notas metodológicas, abaixo.

de seus habitantes. Como elemento constituinte e basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo³.

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, o PUCRS-Data Social, e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em

nossos boletins, e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

3 Ver notas metodológicas, abaixo.

NOTAS METODOLÓGICAS

1

A fim de manter a comparabilidade com a série histórica da PNAD tradicional, e também com o intuito de garantir uma maior estabilidade da medida, trabalhamos com os rendimentos habituais do trabalho, e não os efetivos. Ao utilizar a divulgação trimestral da PNADc, que nos garante uma menor defasagem dos dados, temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual. Para o cálculo das estatísticas de desigualdade, damos preferência ao uso da renda domiciliar per capita do trabalho.

2

Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso muita cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir desta fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes, como de políticas sociais de transferência de renda, têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho.

3

Trabalhamos com todas as regiões metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as regiões metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

02 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Nas figuras 1 e 2 estão expostos, respectivamente, os gráficos da evolução do coeficiente de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas e a evolução da média móvel de quatro trimestres do coeficiente de Gini – o que permite observar melhor as tendências de longo prazo.

Na figura 1, o que se constata é que o coeficiente de Gini se manteve relativamente estável entre o início da série até o 2º trimestre de 2015, quando se elevou até o 1º trimestre de 2019, sendo seguido por uma tendência de queda até o 1º trimestre de 2020. Nos dois trimestres seguintes de 2020, no momento inicial da pandemia da Covid19, ocorreu significativo aumento no Gini, alcançando o maior valor da série histórica: 0,661. A partir do último trimestre de 2020 até o 4º trimestre de 2021, se percebe uma redução constante desse coeficiente, chegando a 0,616, e seguida por um perfil de estabilidade nos dois trimestres seguintes, com pequenas flutuações.

O coeficiente de Gini registrado no trimestre mais recente é 0,615, valor inferior ao alcançado antes de se registrarem os efeitos da pandemia e, também, inferior aos registrados durante 2018 e 2019. Em que pese se tratar de um valor muito alto, expressando uma elevada desigualdade de renda, esse patamar aponta para uma superação da variação registrada durante o período pandêmico e para um possível novo período de estabilidade.

Na figura 2, fica evidenciado o comportamento de aumento contínuo do Gini entre o 3º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2019, assim como o aumento abrupto que ocorreu entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, o que aponta para a elevação expressiva das desigualdades de renda oriundas do trabalho no conjunto das Regiões Metropolitanas do país - decorrente da crise econômica existente desde 2015 e aprofundada pela pandemia da Covid-19 a partir de 2020. A média móvel encontrada no 2º trimestre de 2022 – de 0,618 – repete o comportamento de redução registrado no trimestre anterior e alcança valores inferiores ao período pré-pandêmico. Contudo, ainda não se verifica a estabilidade descrita no gráfico anterior, já que leva em consideração os valores dos três trimestres anteriores.

Na figura 3 está exposta a evolução da média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas, agrupadas pelas macrorregiões

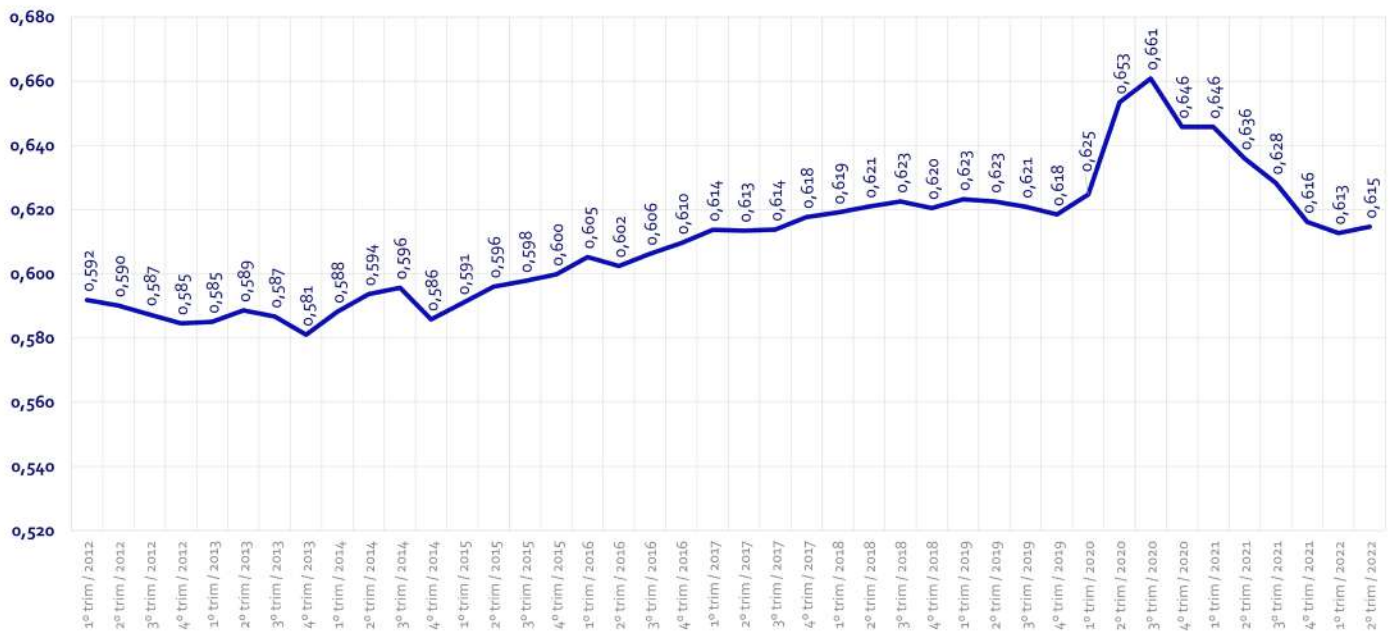


FIGURA 1: Evolução da média do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).



FIGURA 2: Evolução do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

geográficas Norte, Nordeste⁴, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O objetivo deste conjunto de gráficos é expressar a tendência da evolução das desigualdades de cada uma das Regiões Metropolitanas ao longo da série histórica.

No começo da série histórica, no 4º trimestre de 2012, a Região Metropolitana de Manaus apresentava o maior nível de desigualdade medida pelo coeficiente de Gini entre as metrópoles da região Norte, seguida por Macapá e, por último, Belém. Essas posições permaneceram até o 3º trimestre de 2018, quando a Região Metropolitana de Belém ultrapassou o Gini da Região Metropolitana de Manaus. Ao longo do período da pandemia, o coeficiente de Gini se elevou abruptamente nas Regiões Metropolitanas de Manaus e Belém, conforme o comportamento nacional. Contudo, apenas em Manaus se verificou uma queda constante no índice ao longo de 2021, chegando ao menor coeficiente da região no trimestre atual. No 2º trimestre de 2022 a Região Metropolitana de Belém apresentou o maior nível da média móvel do coeficiente de Gini da macrorregião [0,635], seguida pela Região Metropolitana de Macapá [0,582] e, por último, a Região Metropolitana de Manaus [0,573].

4 Em função do grande número de regiões metropolitanas no Nordeste, e a fim de facilitar a visualização dos dados, decidimos por separá-los em dois gráficos distintos.

As Regiões Metropolitanas da região Nordeste I apresentaram trajetórias muito semelhantes ao longo da série histórica, com exceção da Região Metropolitana da Grande São Luís, que entre 2014 e 2017 registrou um patamar menos elevado de desigualdade. Entre o quarto trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2021 todas as Regiões Metropolitanas apresentaram aumento no coeficiente de Gini, porém a ordem entre elas sofreu alteração. Durante o período pandêmico, as metrópoles que tiveram maiores elevações no coeficiente de Gini foram João Pessoa e Grande São Luís, mas que se reduziram parcialmente ao longo de 2021. No 2º trimestre de 2022 a Região Metropolitana de João Pessoa apresentou o maior nível da média móvel do coeficiente de Gini da macrorregião [0,663], seguida pelas Regiões Metropolitanas de Natal [0,648], Fortaleza [0,613], Teresina [0,596] e Grande São Luís [0,577].

As Regiões Metropolitanas da região Nordeste II também apresentaram trajetórias semelhantes ao longo da série histórica, apesar de certas oscilações entre um trimestre e outro. Ao longo do período da pandemia, as maiores elevações foram registradas nas Regiões Metropolitanas de Recife e Aracaju, mas com relativa recuperação ao longo de 2021, semelhante ao padrão nacional. Dessa forma, no 2º trimestre de 2022 o maior valor da média móvel foi registrado em Aracaju [0,643], que pela primeira vez desde 2019 superou Recife [0,637], e então Maceió [0,636] e Salvador [0,635].

Na região Sudeste se nota elevação da desigualdade de renda no período, puxada principalmente pelo aumento das desigualdades nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso faz com que essas duas regiões metropolitanas se destaquem das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e da Grande Vitória nos últimos anos. Esse processo se aprofundou ao longo de 2020, quando se verificou a elevação acentuada da média móvel ao longo de 2020 em todas as metrópoles, mas é seguida por uma aproximação da metrópole de São Paulo do restante, através da redução do coeficiente ao longo de 2021. Mantendo a ordem registrada desde o início de 2020, no 2º trimestre de 2022 a região metropolitana do Rio de Janeiro registrou o maior valor da média móvel da região [0,636] seguida das Regiões Metropolitanas de São Paulo [0,607], Grande Vitória [0,596] e Belo Horizonte [0,577].

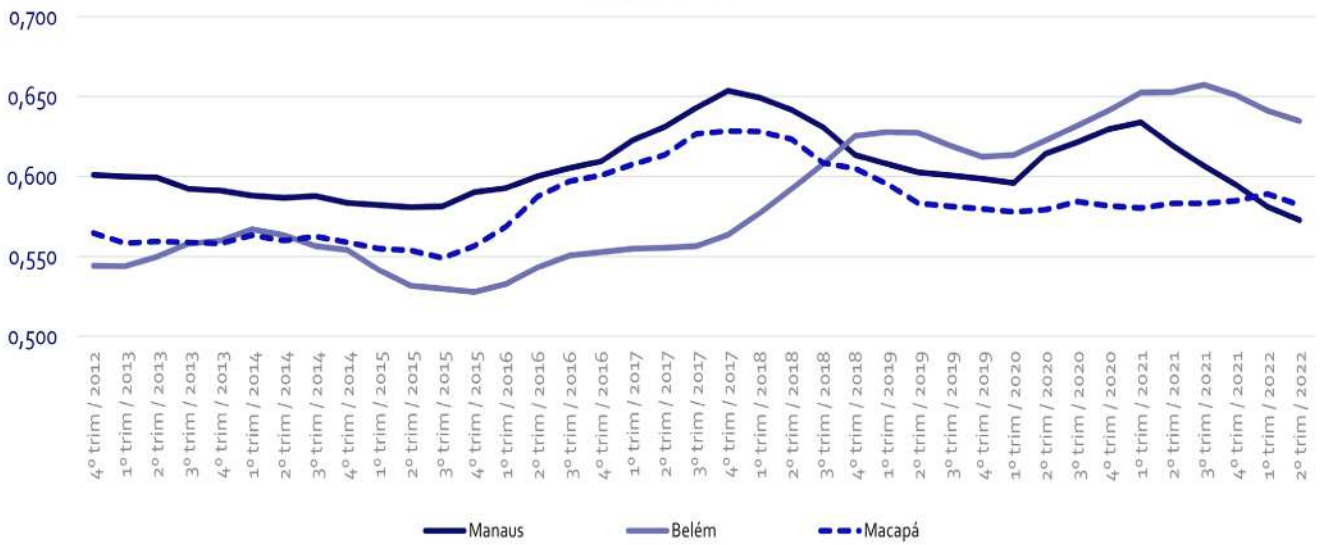
A região Sul apresentou os menores níveis de desigualdade entre as regiões geográficas, de modo que a série histórica se manteve abaixo de 0,6 para as três Regiões Metropolitanas até 2020, quando esse patamar foi superado pela Região Metropolitana de Porto Alegre - que alcançou a média móvel do Gini de 0,613. No período da pandemia, a Região Metropolitana de Florianópolis registrou um forte aumento no coeficiente de Gini e registrou ainda valores muito superiores aos registrados em 2019, se diferenciando das outras regiões que tiveram um comportamento mais estável. Apesar do aumento, a metrópole de Florianópolis não superou

os valores registrados em Porto Alegre e voltou a ser a região com menores coeficientes. No 2º trimestre de 2022, a região metropolitana de Porto Alegre apresentou a maior média móvel da macrorregião [0,587], seguida das Regiões Metropolitanas de Curitiba [0,559] e Florianópolis [0,549].

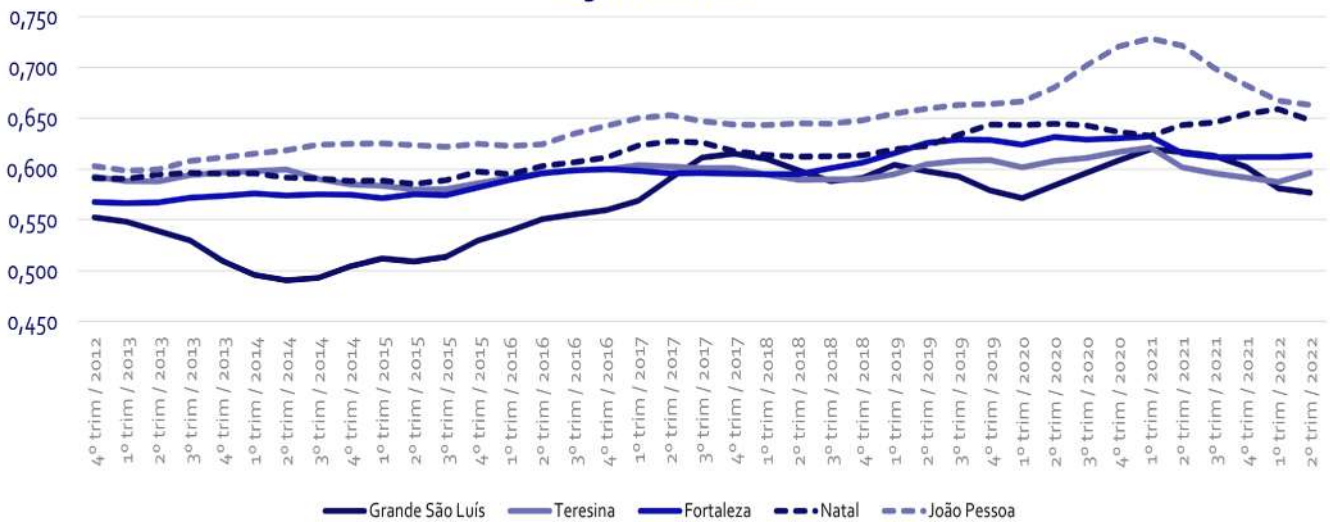
A região Centro-Oeste apresentou a maior disparidade interna entre suas Regiões Metropolitanas, com a distância no comportamento da desigualdade do Distrito Federal em relação às outras duas Regiões Metropolitanas. As Regiões Metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá e de Goiânia apresentaram índices mais baixos de desigualdade de renda, principalmente até 2016. Em 2020 a Região Metropolitana de Goiânia teve um elevado crescimento da desigualdade, superando a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, que teve uma expressiva redução do coeficiente em 2021. Dessa forma, os valores das médias móveis do coeficiente de Gini para essas Regiões Metropolitanas no 2º trimestre de 2022 foram: 0,603 para o Distrito Federal, 0,550 para Goiânia e 0,520 para o Vale do Rio Cuiabá.

Na figura 4, estão expostas as médias móveis de quatro trimestres do coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas e para o seu conjunto, observadas no 2º trimestre de 2019, no 2º trimestre de 2021 e no 2º trimestre de 2022. Assim é possível comparar para o mesmo período do ano a situação anterior aos efeitos econômicos da pandemia da Covid-19 (2º trim/2019),

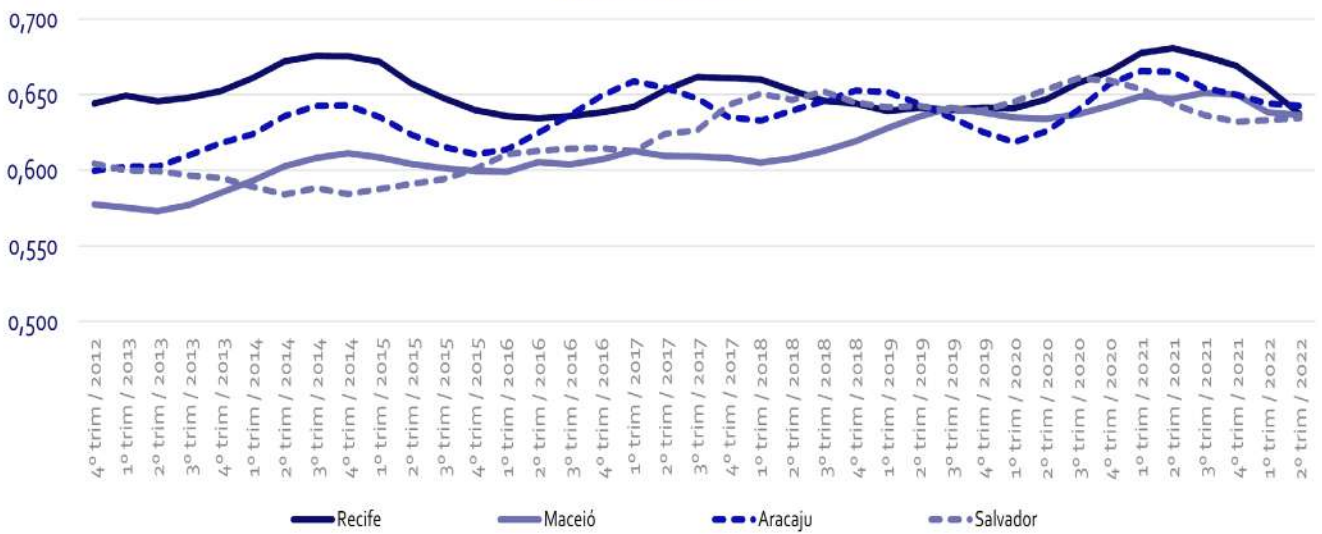
Região Norte



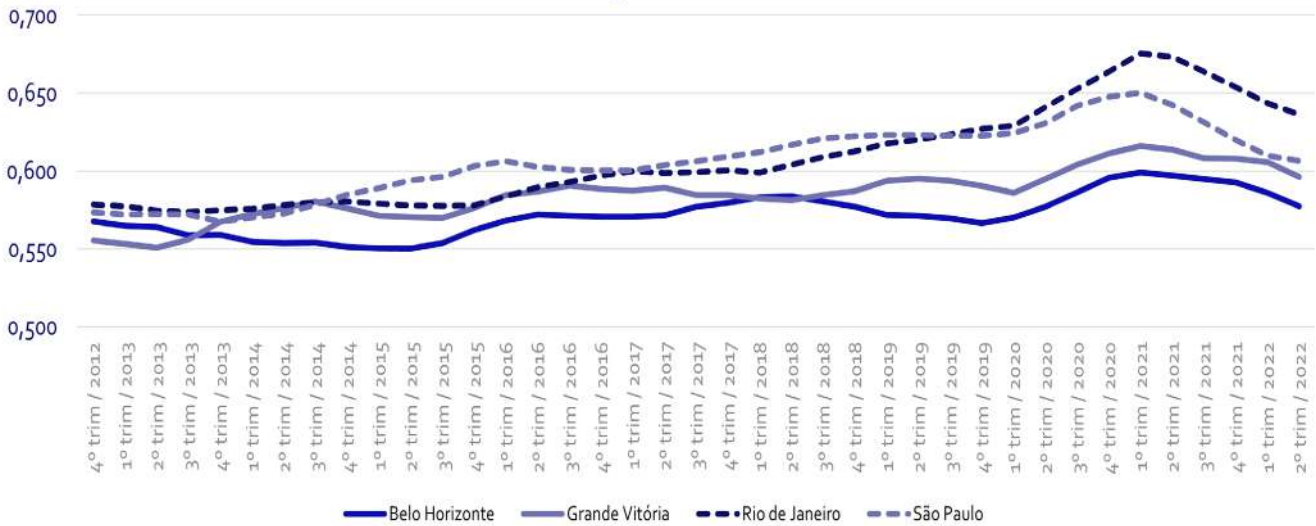
Região Nordeste I



Região Nordeste II



Região Sudeste



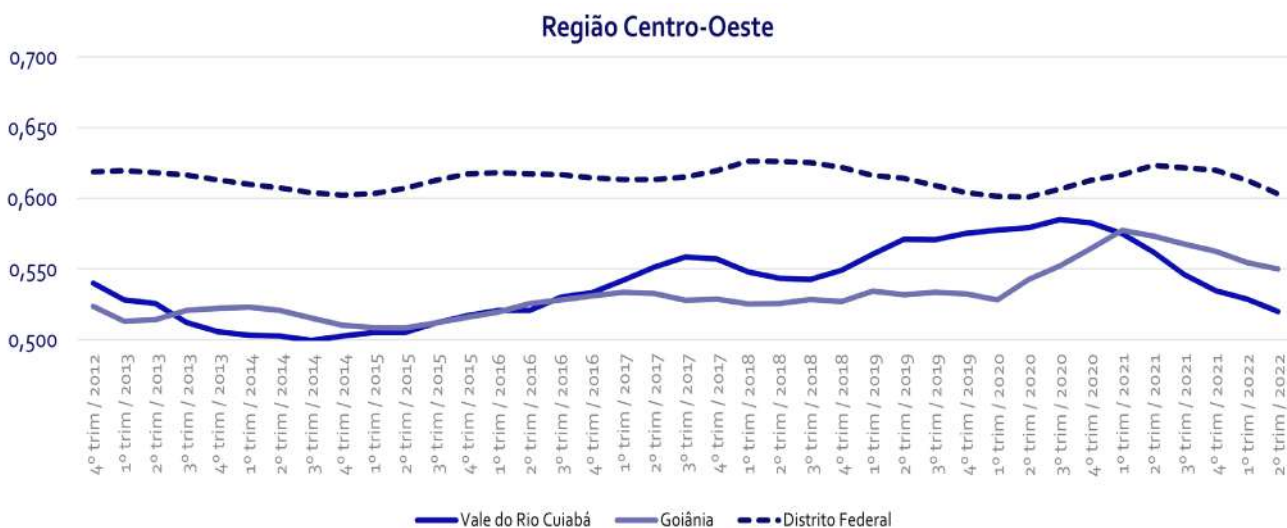
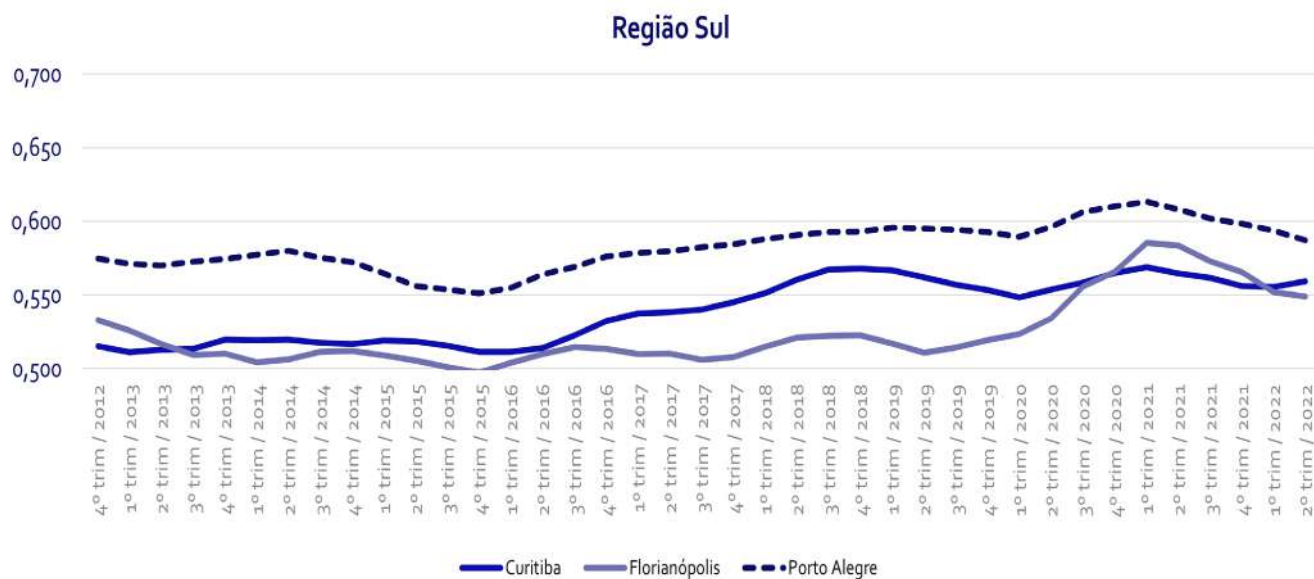


FIGURA 3: Evolução do coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas por Região Geográfica (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

durante um período da pandemia (2º trim/2021) e a situação mais recente (2º trim/2022). É importante destacar que se trata de média móvel, e que, portanto, os dados são relativos ao trimestre em questão e aos 3 trimestres que o antecedem.

Na comparação entre os três períodos, a desigualdade de renda apresentou um aumento de 4,0% entre os 2º trimestres de 2019 e 2021 seguida de uma diminuição no ano seguinte, de 4,5%, no conjunto das Regiões Metropolitanas, indicando uma retomada aos valores registrados antes da pandemia para a desigualdade de renda medida pelo Coeficiente de Gini, com valores bastante próximos em 2019 e 2022. Embora as metrópoles apresentem comportamentos diferentes ao longo dos três anos de comparação, em quase todas elas se registrou crescimento elevado do coeficiente de Gini entre o 2º trimestre de 2019 e 2021, seguido de uma queda entre o mesmo trimestre de 2021 e 2022. Na maior parte (14 dentre as 22) os valores registrados no 2º trimestre de 2022 são inferiores ao registrado antes da pandemia, no 2º trimestre de 2019, porém com diferenças pequenas, de menos de 1,5%. Dessa forma, os dados indicam que há uma tendência de redução das desigualdades ao longo dos últimos trimestres, e que na maior parte das metrópoles as desigualdades de renda se encontram em valores similares aos verificado ao longo de 2018 e 2019.

As cinco metrópoles mais desiguais no 2º trimestre de

2022 foram, em ordem decrescente de desigualdade de renda: João Pessoa [0,663], Natal [0,648], Aracaju [0,643], Recife [0,637] e Maceió [0,636]. Já as cinco metrópoles menos desiguais, em ordem decrescente de desigualdade de renda, foram as seguintes: Manaus [0,573], Curitiba [0,549], Goiânia [0,550], Florianópolis [0,549] e Vale do Rio Cuiabá [0,520].

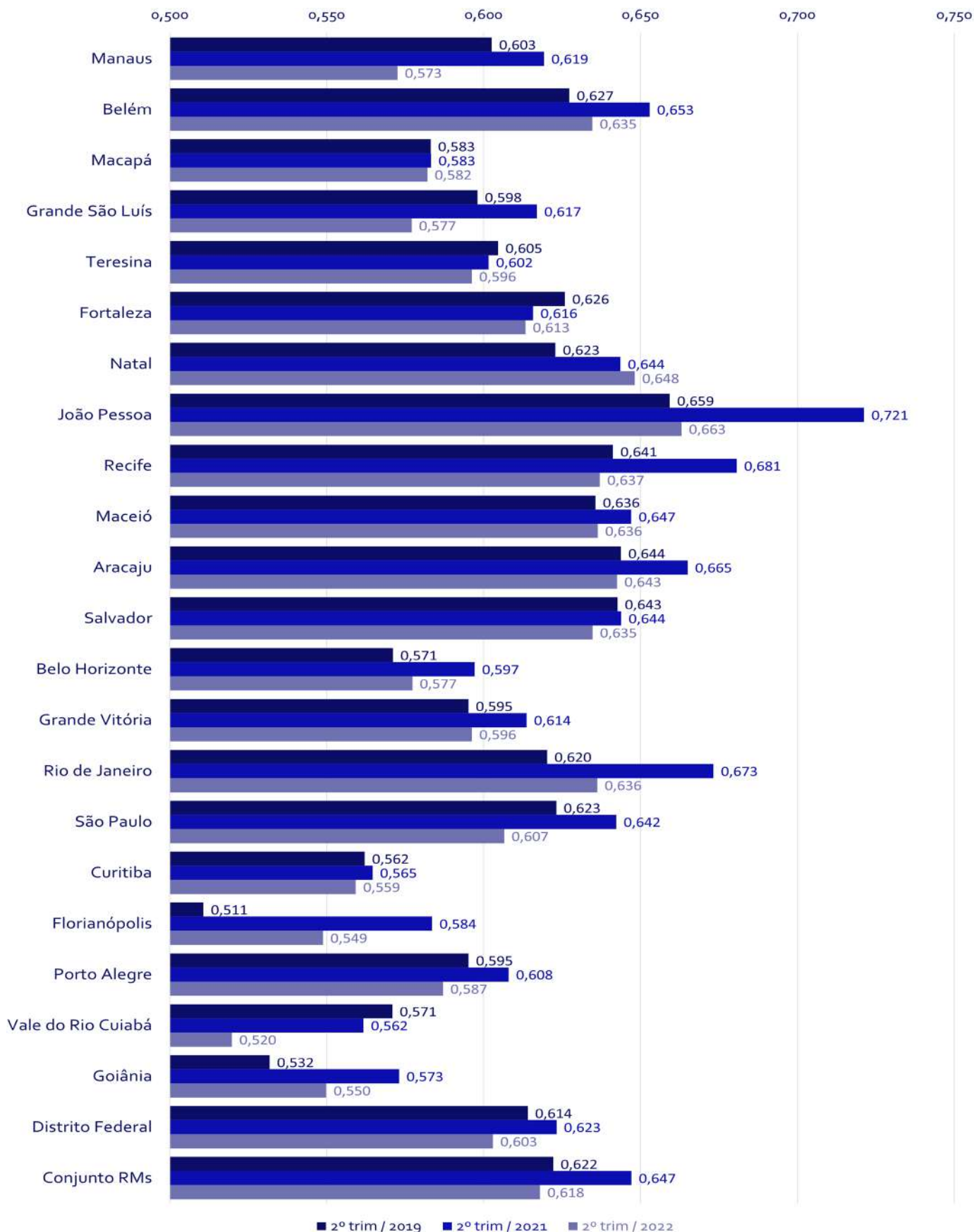


FIGURA 4: Coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção, são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda⁵: os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade da distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social, que caracteriza o fenômeno no Brasil.

Na figura 5, está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das Regiões Metropolitanas. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, se reduziu entre 2014 e 2017 e cresceu novamente entre 2017 e 2019, quando começou a cair e passou a sofrer uma queda brusca em 2020,

principalmente entre o 1º e 2º trimestres – como efeito da pandemia. Nos quatro trimestres subsequentes se verificou um padrão de estabilidade com a média de rendimentos fluando em torno de R\$1.450. Contudo, nos três trimestres seguintes ao 2º trimestre de 2021 se registraram quedas consecutivas, e o valor da média de rendimentos chegou a R\$1.448,86, alcançando o menor valor registrado na série histórica. No trimestre mais recente, contudo, se registrou um expressivo aumento e a renda média chegou ao valor de R\$1.518,35, que ainda é 6,5% menor do que aquele verificado no momento imediatamente anterior à pandemia.

Na figura 6, está exposta a média móvel da renda domiciliar per capita para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil e para o seu conjunto nos 2º trimestres de 2019, 2021 e 2022. Para o conjunto das Regiões Metropolitanas, a renda domiciliar per capita teve uma queda de 6,8% entre o 2º trimestre de 2019 e o mesmo trimestre de 2021, e uma queda de 1,5%⁶ entre o 2º trimestre de 2021 e o mesmo trimestre de 2022, consolidando uma queda de 8,2% ao longo de três anos. Apenas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Macapá, Teresina, Aracaju, Maceió, Belo Horizonte e Rio de Janeiro a renda média domiciliar per capita no

5 Definidos a partir das informações de rendimento domiciliar per capita do trabalho.

6 Como se trata da média móvel de quatro trimestres, os efeitos da variação brusca do último trimestre ainda não são tão aparentes.

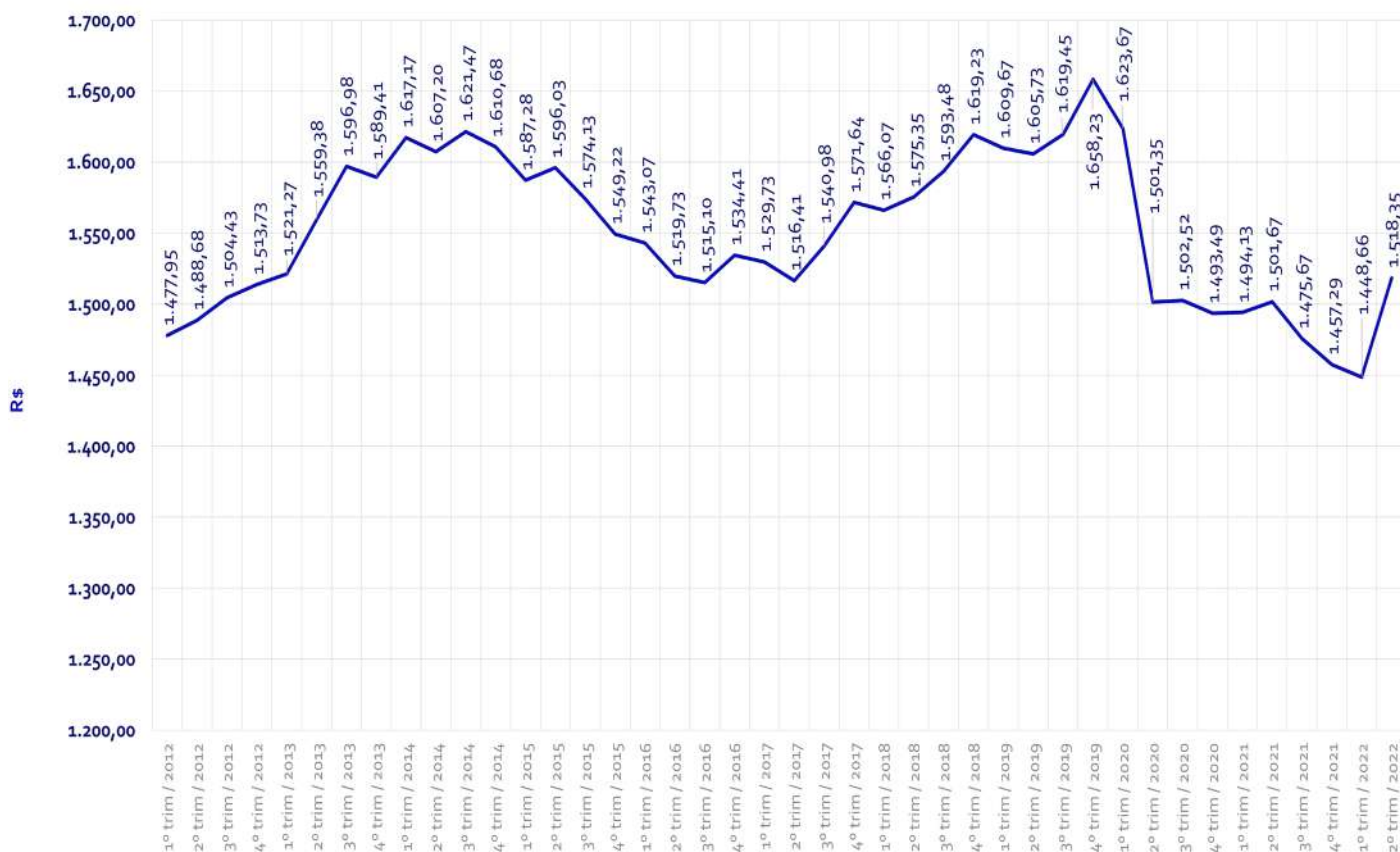


FIGURA 5: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

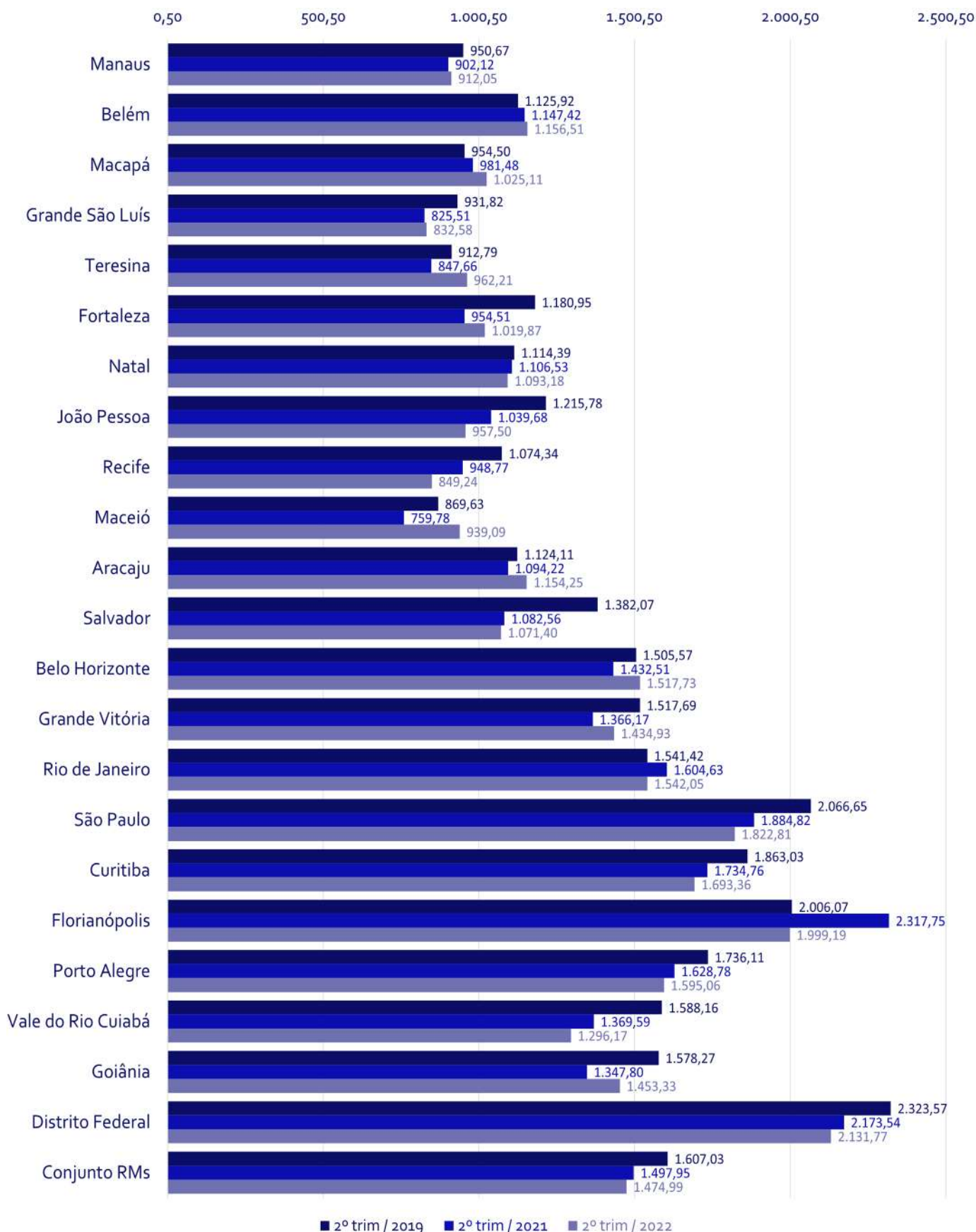


FIGURA 6: Média da renda domiciliar per capita* - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

2º trimestre de 2022 foi superior à renda registrada no 2º trimestre de 2019. No restante, embora se registrem comportamentos distintos no 2º trimestre de 2021, se verificaram quedas no rendimento no período de três anos. Essa queda foi mais elevada nas Regiões Metropolitanas de Salvador [-22,4%], João Pessoa [-21,2%], Recife [-21,0%], Vale do Rio Cuiabá [-18,4%] e Fortaleza [-13,6%].

Na comparação macrorregional brasileira, as Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média domiciliar per capita no 2º trimestre de 2022 foram aquelas situadas nas regiões Norte e Nordeste. Todas elas apresentaram nível de renda média domiciliar per capita abaixo da média do conjunto das Regiões Metropolitanas. Em ordem crescente, as cinco Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média foram: Recife [R\$ 849], Grande São Luís [R\$ 883], Manaus [R\$ 912], Maceió [R\$939] e João Pessoa [R\$ 958]. As Regiões Metropolitanas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, situando-se acima da média do conjunto das metrópoles, foram, em ordem decrescente, Distrito Federal [R\$ 2.132], Florianópolis [R\$ 1.999], São Paulo [R\$ 1.823], Curitiba [R\$ 1.693] e Porto Alegre [R\$ 1.595].

Na figura 7, está exposto o rendimento médio per capita segundo os estratos de renda dos 40% da base da distribuição, dos 50% intermediários e dos 10% do

topo, para o conjunto das Regiões Metropolitanas, nos 2º trimestres de 2019, 2020, 2021 e 2022. No período, observamos que os estratos das pessoas mais pobres e intermediário de renda tiveram queda do rendimento médio per capita entre 2019 e 2020, e aumento nos dois anos seguinte. No entanto, os aumentos combinados foram levemente inferiores à queda registrada anteriormente, consolidando uma pequena redução no período de três anos e alcançando respectivamente os valores de R\$ 251 e R\$ 1.432 de rendimento médio. Já para o estrato mais rico, o padrão foi de queda nos três momentos, chegando ao rendimento médio de R\$ 7.168.

Na Figura 8, temos a variação percentual do rendimento médio per capita ao longo do período pandêmico – do 2º trimestre de 2020 ao 2º trimestre de 2022 – em relação ao 1º trimestre de 2020, aquele imediatamente anterior à crise sanitária, segundo os estratos de renda. O que se nota é que todos os estratos apresentaram perdas na renda média ao longo dos últimos trimestres e que essas perdas foram mais graves para os mais pobres nos trimestres iniciais da crise pandêmica, chegando a representar uma perda de 34%, no 3º trimestre de 2020. Nos trimestres seguintes, esse estrato foi recuperando seu patamar de renda até alcançar um valor bem próximo (apenas 0,4% inferior) ao registrado antes da pandemia. O estrato dos 50% intermediários da distribuição de renda apresentou perdas relativas em relação ao 1º trimestre de 2020 em patamares que

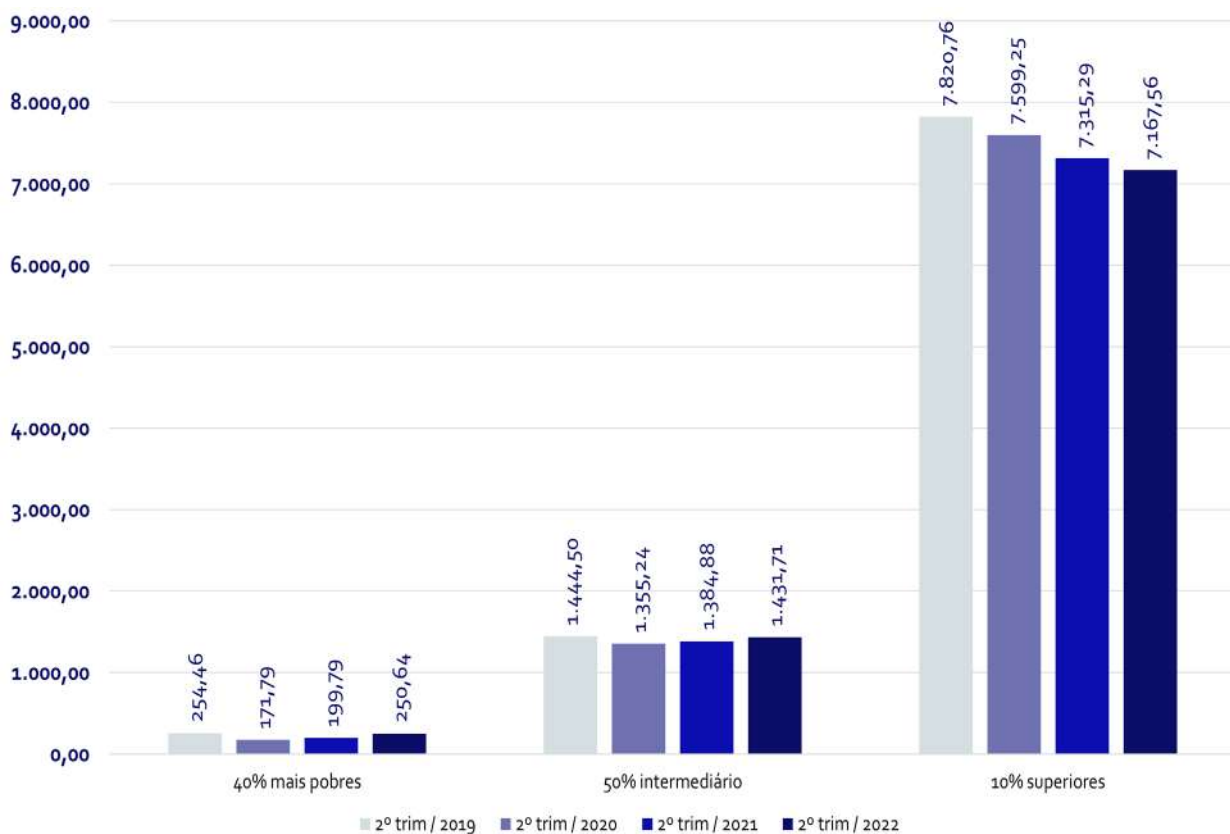


FIGURA 7: Média de rendimentos* por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

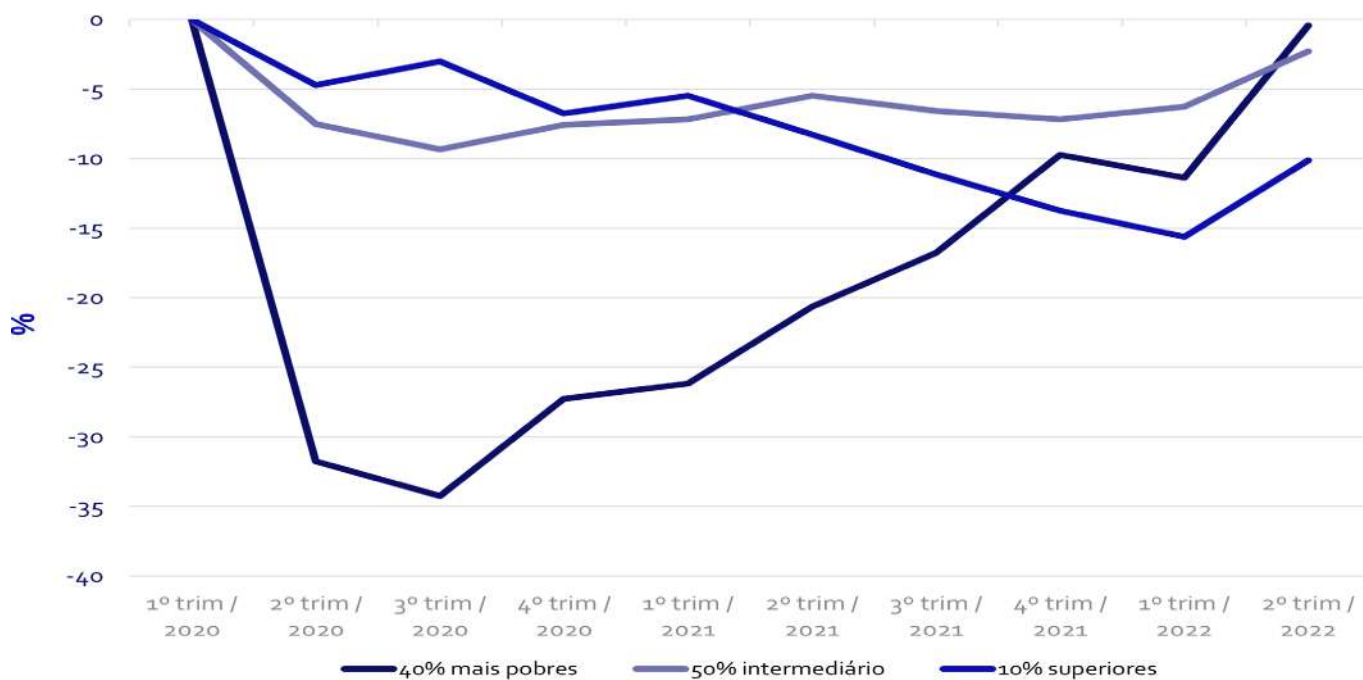


FIGURA 8: Perdas relativas na média de rendimentos* em relação ao valor encontrado no 1º trimestre de 2020, por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

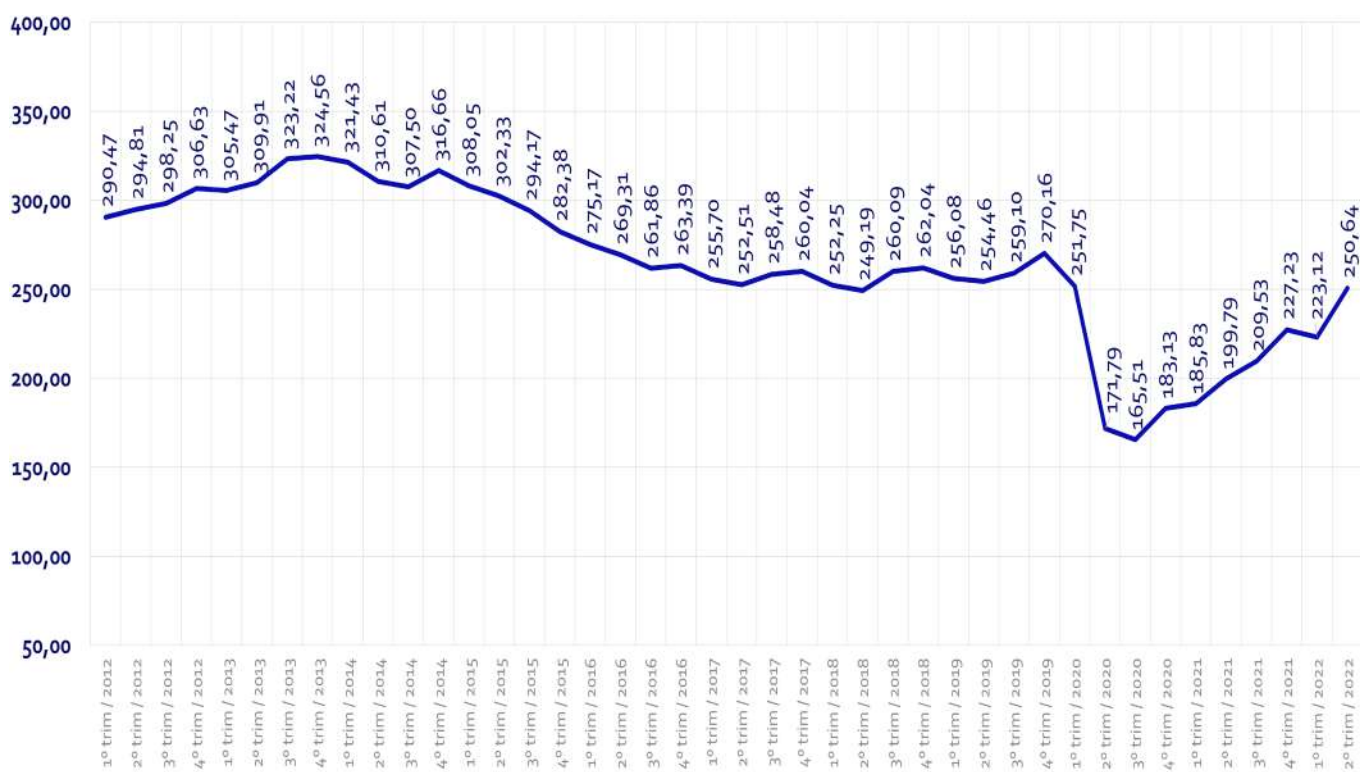


FIGURA 9: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

variaram de -9,3% (3º trimestre de 2020) até -2,3%, no 2º trimestre de 2022.

Entre os 10% mais ricos se registraram perdas relativas que variaram de -3,0% (3º trimestre de 2020) até -15,6% (1º trimestre de 2022). Se nos primeiros trimestres da pandemia os mais ricos apresentaram perdas relativas pequenas, um ano depois esse estrato de renda passou também a sentir de modo mais intenso a redução no seu nível de rendimento médio com quatro trimestres em queda consecutiva, passando a superar as perdas relativas dos mais pobres a partir do 4º trimestre de 2021.

Portanto, há algumas diferenças marcantes entre o que ocorreu nos primeiros e nos últimos trimestres da pandemia. Enquanto ao longo de 2020 os mais pobres sofreram uma queda brutal em seus rendimentos, muito superior ao que ocorrera com os mais ricos, entre 2020 e 2021 essa tendência se reverteu. Por um lado, a renda dos mais pobres foi se recuperando, e no último trimestre se aproximou do patamar pré-pandêmico. Por outro lado, a renda dos mais ricos teve queda substantiva ao longo de todo o período, mas que pode ter começado a se reverter no 2º trimestre de 2022.

Na figura 9 está exposta a evolução da média de rendimentos dos 40% mais pobres, para o conjunto das metrópoles, em cada trimestre ao longo da série histórica. Nessa figura é possível observar o processo constatado na figura 8, de perda abrupta dos rendimentos entre o

1º e o 2º trimestre de 2020, sua relativa recuperação até o 4º trimestre de 2021 e a redução e o novo crescimento nos dois trimestres do último ano, chegando a R\$ 250,64 no 2º trimestre de 2022. É possível perceber também que esse valor já vinha em uma tendência de queda desde o final de 2014, e que o valor registrado no 1º trimestre de 2020, embora mais alto em relação ao que se registrou nos trimestres seguintes, de crise sanitária, era então o 4º menor valor da série histórica. Isso indica que, embora tenha havido uma tendência importante de recuperação dos rendimentos ao longo de 2021 e 2022, essa recuperação se deu em patamares muito baixos quando comparado com o restante da série histórica, de modo que não é possível apontar para uma melhora das condições econômicas desse estrato de renda quando se analisa toda a série histórica.

Na figura 10, está exposta a média do rendimento médio dos 40% mais pobres para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil e para o seu conjunto nos 2º trimestres de 2019, 2021 e 2022. Para o conjunto das Regiões Metropolitanas, a renda domiciliar per capita teve uma queda de 21,5% entre o 2º trimestre de 2019 e o mesmo trimestre de 2021, e um aumento de 25,4% entre o 2º trimestre de 2021 e o mesmo trimestre de 2022, consolidando uma queda de 1,5% ao longo de três anos. Na maior parte das metrópoles se repetiu esse padrão de perda nos primeiros anos e recuperação em 2022, porém em 13 das 22 metrópoles analisadas,

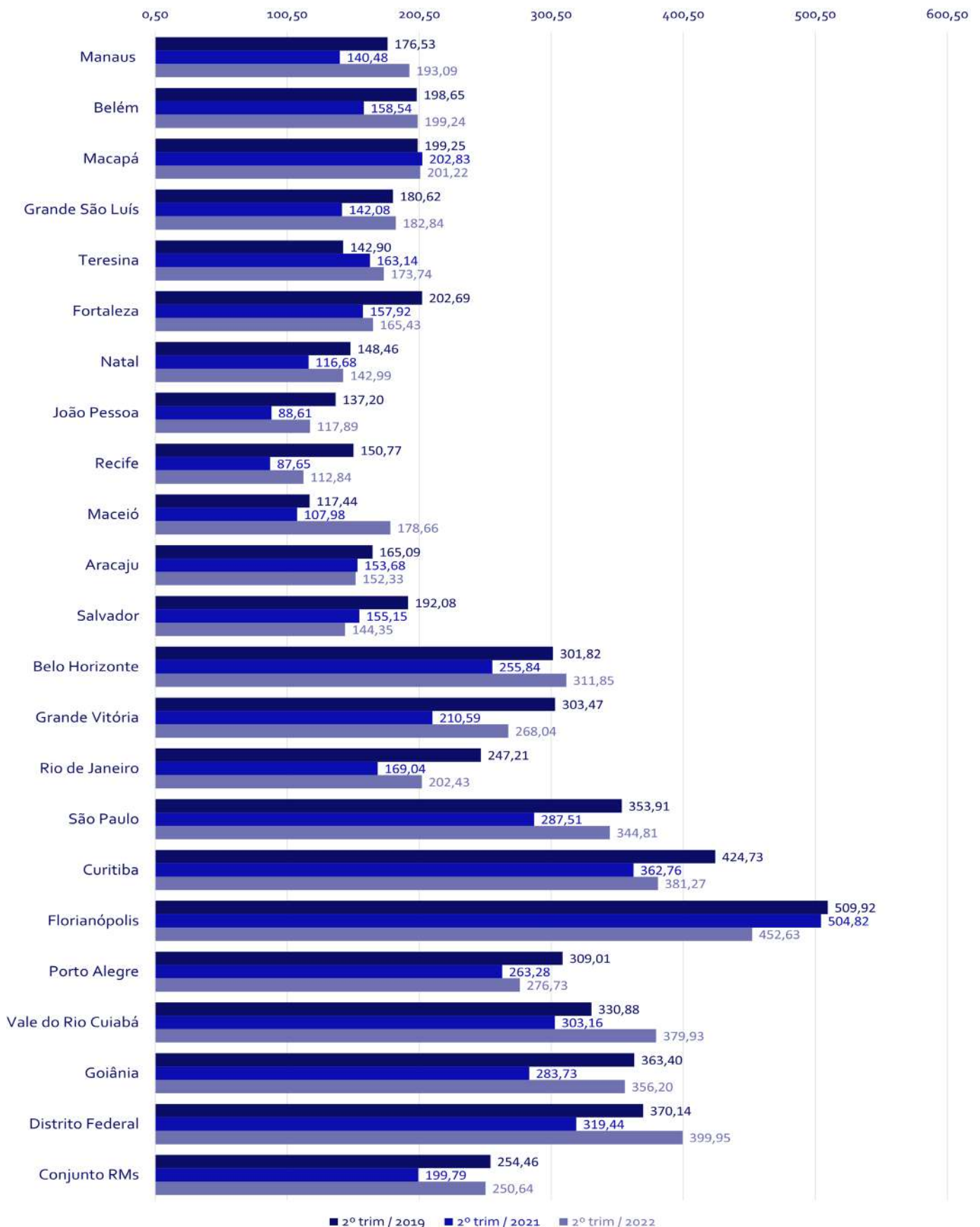


FIGURA 10: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

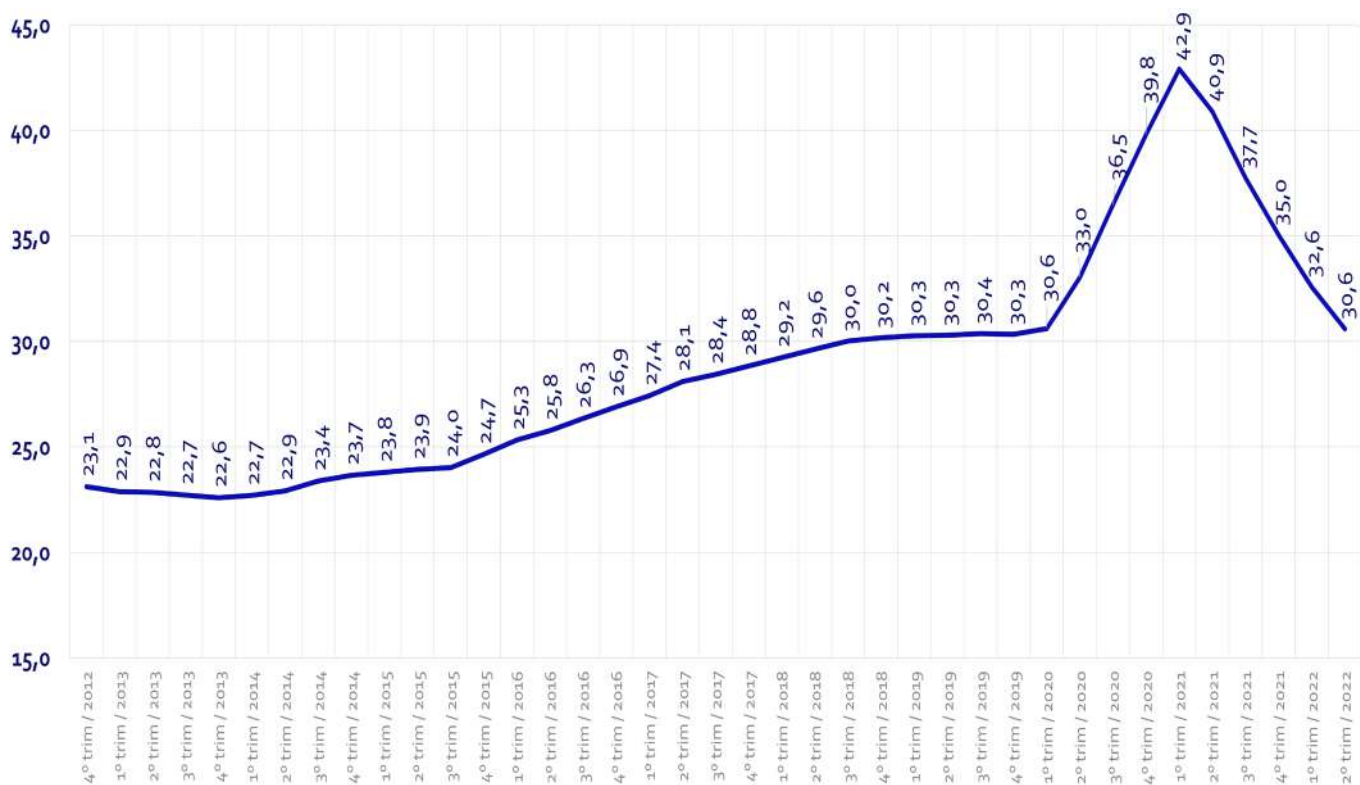


FIGURA 11: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

os rendimentos ainda foram inferiores aos registrados antes da pandemia e a perda variou entre 0,7% e 25% em relação ao registrado no 2º trimestre de 2019.

Em relação às diferenças macrorregionais brasileiras, ao considerar o rendimento médio per capita dos 40% mais pobres, observa-se que todas as metrópoles das regiões Norte e Nordeste estão abaixo da média do Conjunto das Regiões Metropolitanas, assim como a metrópole do Rio de Janeiro. As cinco Regiões Metropolitanas com os menores rendimentos nesse estrato de renda, em ordem crescente, foram: Recife [R\$ 113], João Pessoa [R\$ 118], Natal [R\$ 143], Salvador [R\$ 144], e Aracaju [R\$ 144]. As demais Regiões Metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram rendimento médio acima do Conjunto das Regiões Metropolitanas. Aquelas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, em ordem decrescente, foram: Florianópolis [R\$ 453], Distrito Federal [R\$ 400], Curitiba [R\$ 381], Vale do Rio Cuiabá [R\$ 380] e Goiânia [R\$ 356].

A evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), para o Conjunto das Regiões Metropolitanas, está plotada na figura 11⁷. Apesar de alguma oscilação no começo da série

histórica, no 4º trimestre de 2013 essa razão era de 22,6 (a menor razão de toda a série histórica), alcançando a razão de 24 no 3º trimestre de 2015. Isso significa que nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 24 vezes mais do que a população da base da distribuição. A partir do 3º trimestre de 2015 passou a ocorrer elevação suave e contínua da razão de rendimento até o 1º trimestre de 2019, quando essa razão passou a se estabilizar, porém em patamar mais elevado - nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 30,3 vezes mais que a população da base da distribuição.

Do 1º trimestre de 2020 até o último trimestre do ano a razão de rendimento passou a se elevar novamente, mas de maneira abrupta. A razão no começo de 2020 era de 30,6 e alcançou o patamar de 42,9 no 1º trimestre de 2021. Ao longo de 2021 e 2022 essa razão de rendimentos teve comportamento de redução e alcançou o valor de 30,6 no 2º trimestre de 2022, valor igual ao registrado no 1º trimestre de 2020. Isso demonstra que, assim como apresentado no coeficiente de Gini, os indicadores de desigualdade voltaram a patamares anteriores da pandemia.

Na figura 12, são apresentadas as razões de rendimento entre os 10% do topo da distribuição e os 40% da base da distribuição para cada uma das Regiões Metropolitanas brasileiras nos 2º trimestres de 2019, 2021 e 2022. Para

7 A fim de garantir maior estabilidade na medida, utilizamos as médias móveis (4 trimestres) para o cálculo da razão de rendimentos.

o Conjunto das Regiões Metropolitanas ocorreu uma grande elevação da razão de rendimento entre 2019 e 2021, seguido de uma redução entre 2021 e 2022, chegando a uma razão de rendimentos de 30,6. Isso significa que os 10% do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 30,6 vezes mais que os 40% da base da distribuição.

Com a exceção da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, em todas as Regiões Metropolitanas se registraram aumento da razão de rendimentos entre os 2º trimestres de 2019 e 2021. Já entre os mesmos trimestres de 2021 e 2022, a tendência geral foi de queda, embora em apenas nove das metrópoles essa queda tenha superado o aumento do ano anterior. Isso fez com que, na comparação entre os 2º trimestres de 2019 e 2022, tenha se registrado um leve aumento da razão de rendimentos na maioria das metrópoles, apontando para a elevação da desigualdade de renda no período da pandemia que ainda não foi totalmente superada.

As cinco Regiões Metropolitanas com as maiores razões de rendimento no 2º trimestre de 2022 foram, em ordem decrescente, João Pessoa [44,2], Natal [41,4], Recife [39,3], Salvador [38,0] e Aracaju [37,0]. No extremo oposto, as Regiões Metropolitanas em que a razão de rendimentos no 2º trimestre de 2022 apresentavam os menores níveis eram, em ordem decrescente, Manaus [21,4], Curitiba [19,8], Florianópolis [18,9], Goiânia

[18,1], e Vale do Rio Cuiabá [15,2].

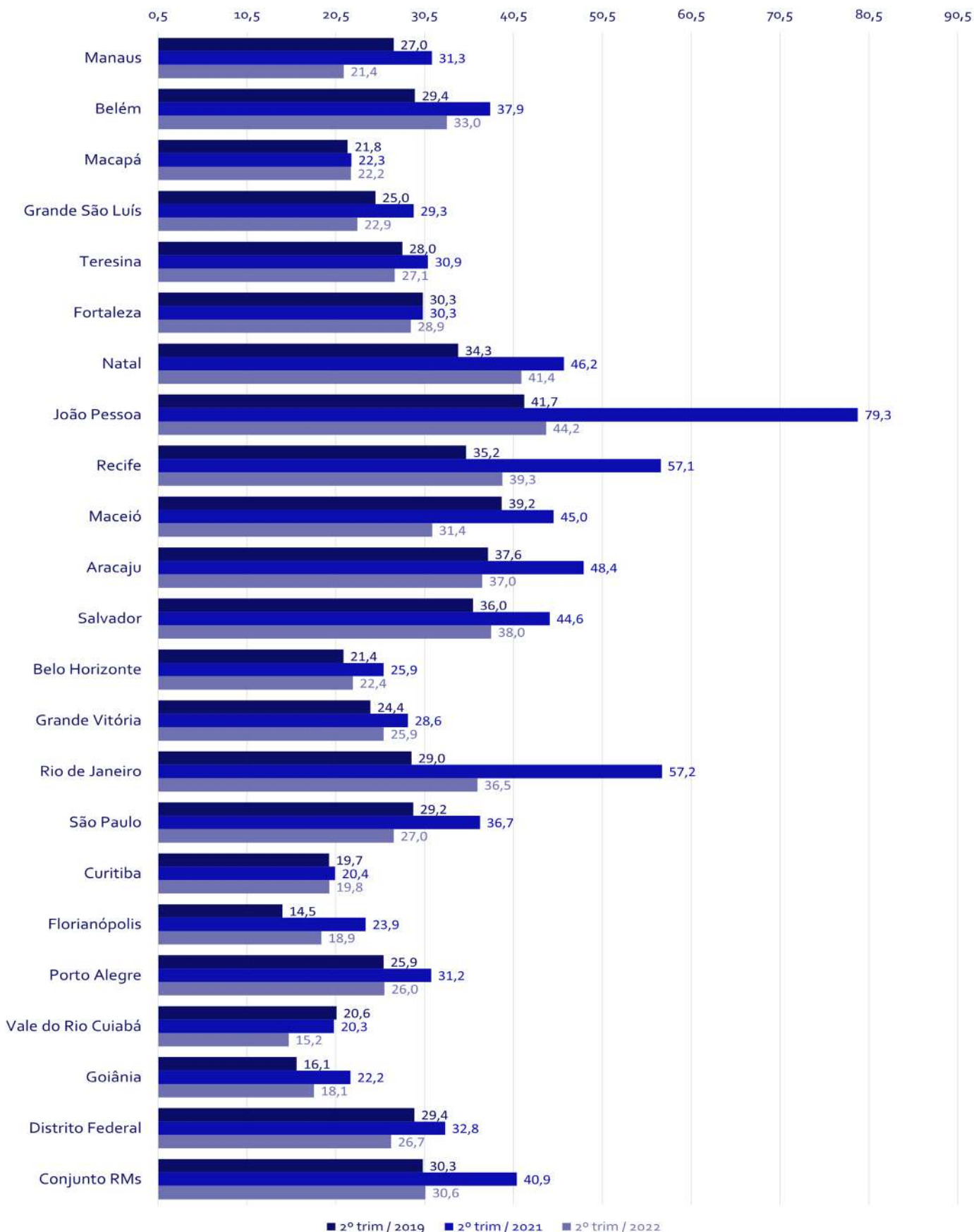


FIGURA 12: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA)

04 RENDIMENTOS ABAIXO DE ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO

Nesta seção, são apresentados os dados relativos à parcela da população que vive em domicílios com rendimentos per capita do trabalho abaixo de um quarto do salário-mínimo, e que está mais sujeita, portanto, a situações de vulnerabilidade. Tomamos como referência o valor do salário-mínimo de cada trimestre/ano, tendo este valor sido corrigido pelo mesmo deflator de preços que aplicamos aos rendimentos nas seções anteriores.

Na figura 13, está exposta a evolução do percentual de indivíduos com renda de até ¼ do salário-mínimo para o Conjunto das Regiões Metropolitanas. Entre o 1º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2015 essa taxa oscilou entre 18% e 20% com pequenas variações, mas mantendo certa estabilidade. Entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2019 essa taxa sofreu pequenas elevações, chegando a um patamar um pouco mais alto, flutuando entre 22% e 24%. A partir do 1º trimestre de 2020 essa taxa sofreu um crescimento expressivo, chegando ao valor mais alto da série histórica, 29,7%, no 3º trimestre de 2020, se estabilizando em cerca de 28%, nos dois trimestres seguintes, apresentando consecutivas reduções nos três trimestres que se seguiram. Em 2022 houve flutuação e a taxa alcançou o valor de 23,4% no 2º trimestre de 2022. Isso significa que 23,4% dos moradores das metrópoles estão em domicílios cuja renda média per capita do trabalho é de até ¼ do salário-mínimo, correspondente a quase ¼ da população metropolitana.

Na figura 14 há um gráfico semelhante ao anterior, mas em termos absolutos, considerando o número de indivíduos vivendo em domicílios com renda de até ¼ do salário-mínimo per capita.⁸ A evolução histórica dessa curva já foi descrita no gráfico anterior, mas em relação às alterações ocorridas durante o período da pandemia verificamos que no 1º trimestre de 2020 tínhamos 19,4 milhões de pessoas vivendo em domicílios cuja renda per capita estava abaixo desse nível de rendimentos no conjunto das metrópoles. Essa cifra subiu abruptamente para 24,7 milhões no 3º trimestre de 2020. A partir de então a tendência foi de queda, chegando a 19,8 milhões no 4º trimestre de 2021. Em 2022 houve uma flutuação e no 2º trimestre de 2022 esse contingente chegou a 19,7 milhões de pessoas, valor abaixo aos registrados em 2020, mas superior aos registrados antes da pandemia.

Na figura 15 são apresentadas as médias móveis do percentual de indivíduos vivendo em domicílio com rendimento per capita de até ¼ do salário-mínimo, para cada uma das Regiões Metropolitanas, nos 2º trimestres de 2019, 2021 e 2022. Assim como os outros indicadores de desigualdade de renda e rendimentos, no conjunto das regiões metropolitanas foi registrado aumento elevado entre 2019 e 2021 seguido de queda no período seguinte, entre o 2º trimestre de 2021 e

⁸ A Tabela 1A, em anexo, traz esse dado para cada região metropolitana, separadamente.

de 2022, porém essa queda foi inferior ao aumento registrado anterior.

A taxa de pessoas vivendo com rendimentos inferiores a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo se manteve mais elevada nas Regiões Metropolitanas do Norte e Nordeste e mais baixa nas Regiões Metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Os maiores percentuais de indivíduos vivendo em domicílios com rendimento per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo no 2º trimestre de 2022 foram registradas nas Regiões Metropolitanas de Recife [38,9%], João Pessoa [37,6%], Maceió [35,2%], Natal [34,5%] e Grande São Luís [33,8%], todas Regiões Metropolitanas do Nordeste. No outro extremo, as Regiões Metropolitanas que registraram as menores taxas foram, em ordem decrescente, Vale do Rio Cuiabá [17,0%], Goiânia [16,8%], Curitiba [16,8%], Distrito Federal [16,4%] e Florianópolis [15,8%].

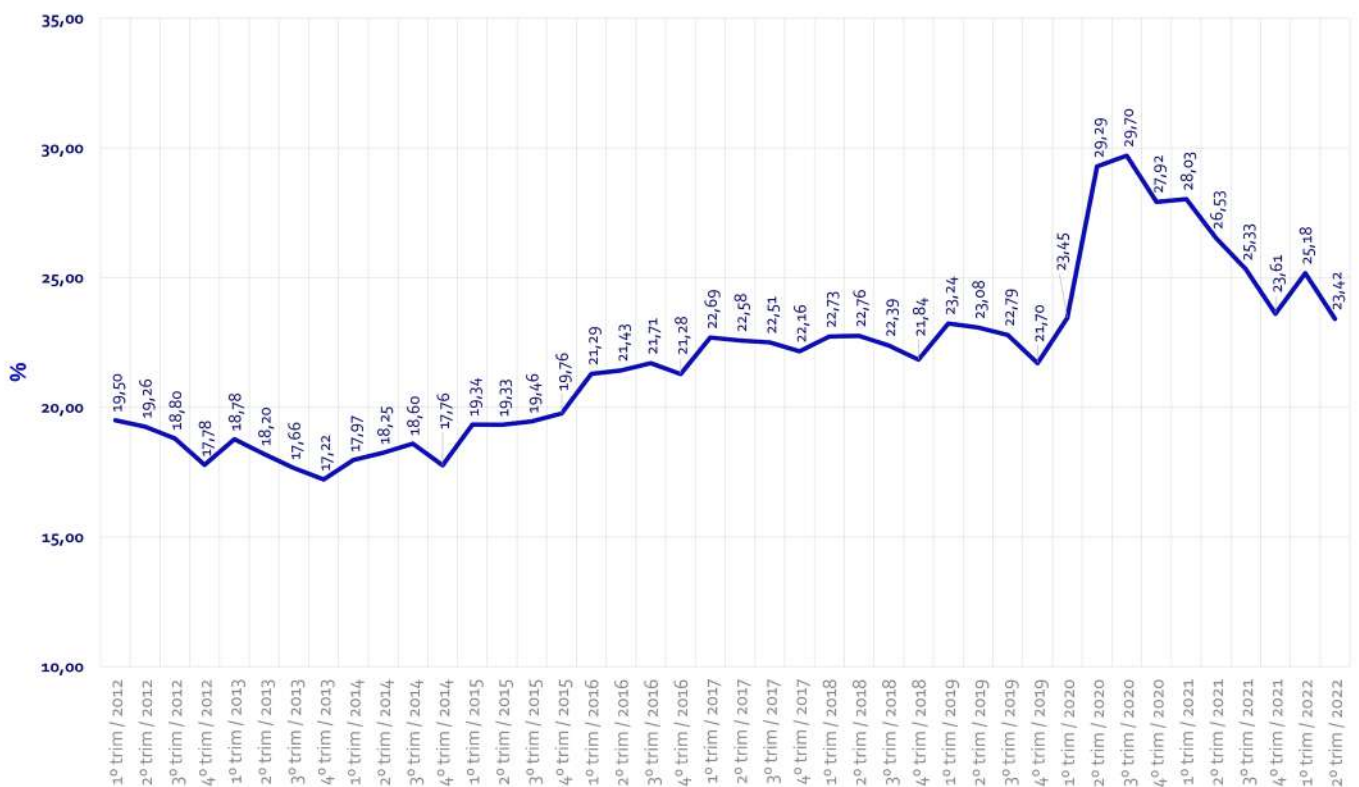


FIGURA 13: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo- Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

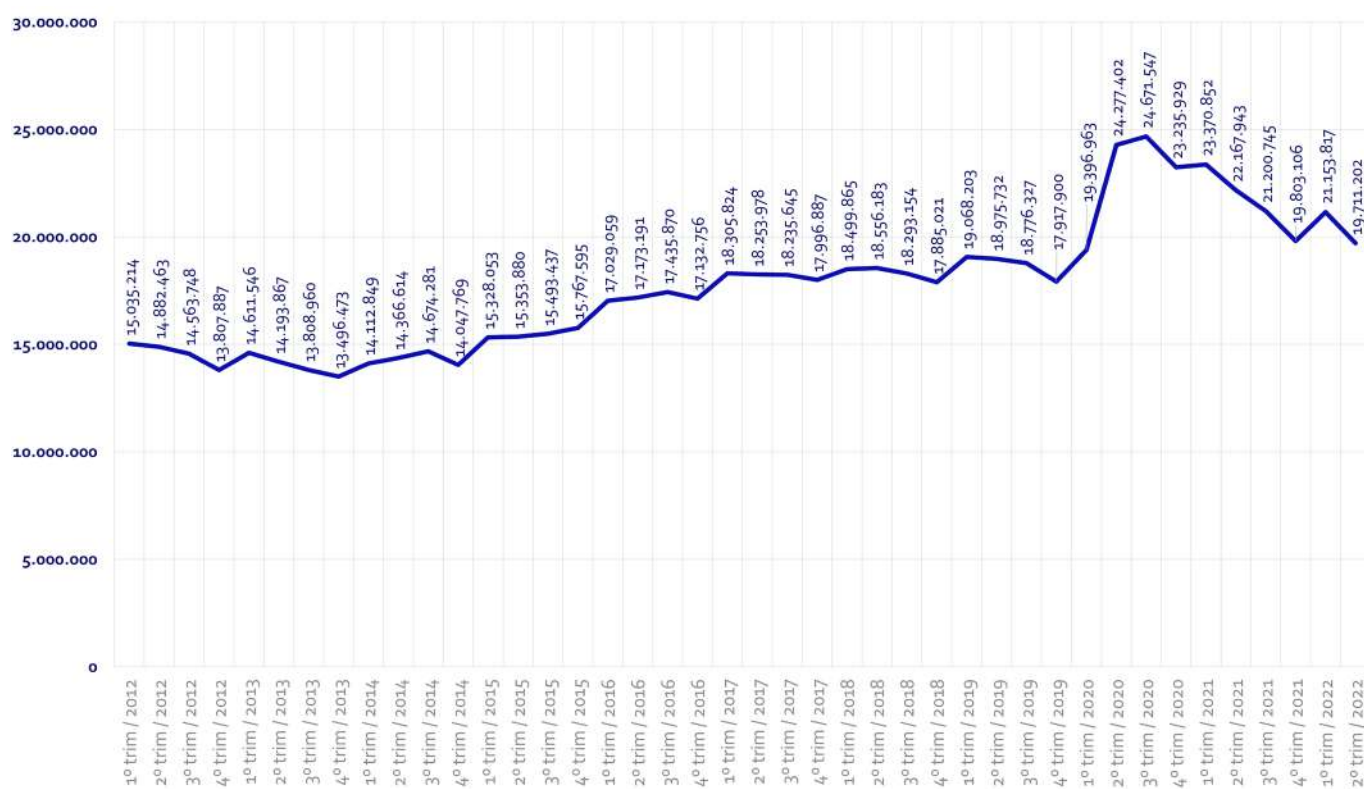


FIGURA 14: Número de indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo- Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

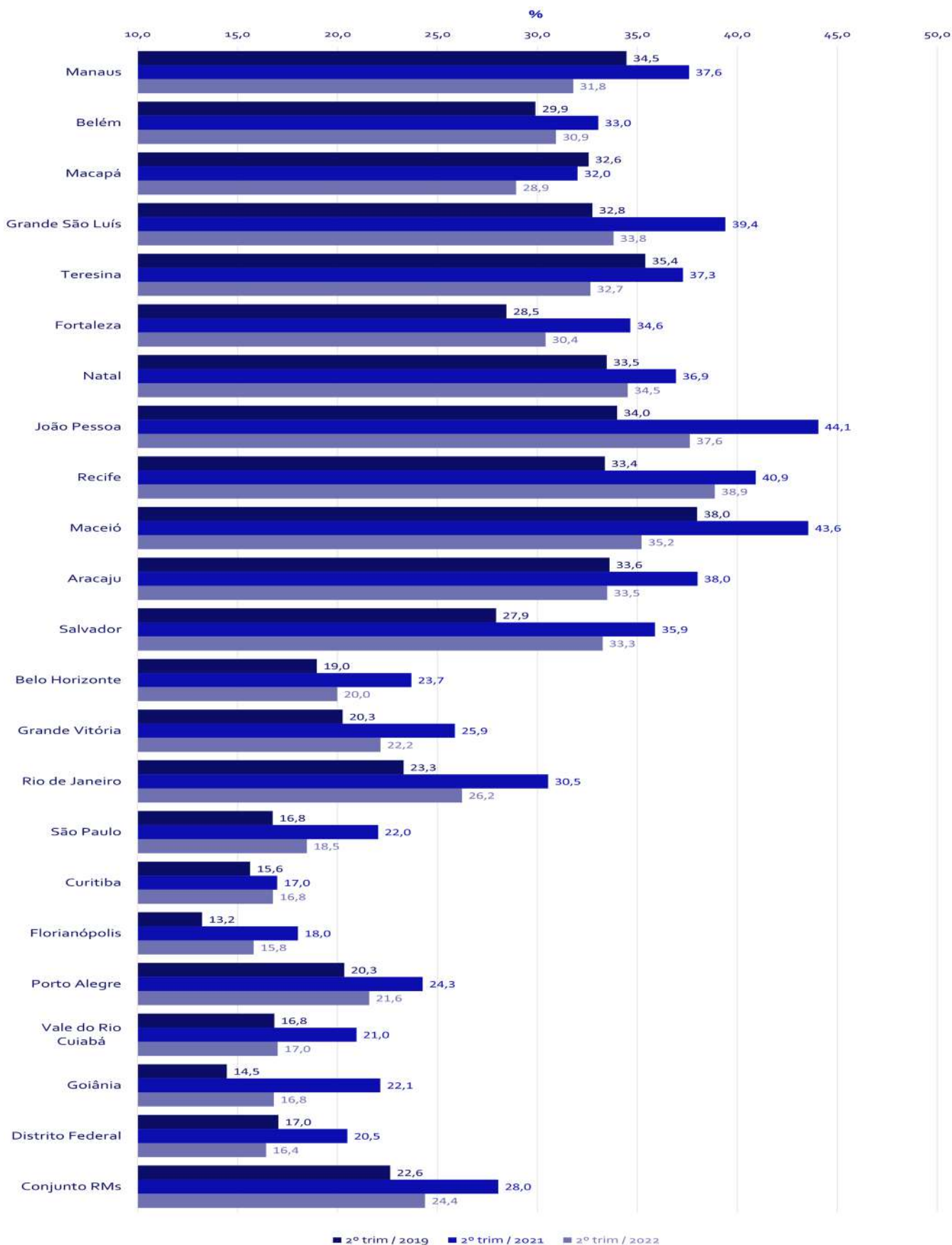


FIGURA 15: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até 1/4 do salário-mínimo Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres) (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).

ANEXO

	2º trim / 2019	2º trim / 2020	2º trim / 2021	2º trim / 2022
Manaus	855.770,00	1.036.149,00	965.308,00	797.803,00
Belém	702.034,00	793.940,00	800.789,00	682.053,00
Macapá	184.876,00	222.737,00	187.497,00	193.129,00
Grande São Luís	468.212,00	551.480,00	563.081,00	454.904,00
Teresina	440.780,00	531.762,00	400.600,00	390.364,00
Fortaleza	1.149.673,00	1.506.732,00	1.281.531,00	1.257.683,00
Natal	522.241,00	569.410,00	595.252,00	525.270,00
João Pessoa	498.155,00	545.823,00	581.431,00	477.414,00
Recife	1.360.155,00	1.663.806,00	1.630.404,00	1.549.220,00
Maceió	480.172,00	612.034,00	524.005,00	421.386,00
Aracaju	308.523,00	380.262,00	340.988,00	341.247,00
Salvador	1.146.084,00	1.482.655,00	1.351.512,00	1.284.559,00
Belo Horizonte	1.086.904,00	1.351.035,00	1.204.994,00	1.038.496,00
Grande Vitória	394.767,00	553.697,00	537.401,00	418.641,00
Rio de Janeiro	3.051.191,00	4.040.620,00	3.673.974,00	3.382.410,00
São Paulo	3.712.130,00	5.019.029,00	4.426.859,00	3.789.372,00
Curitiba	536.594,00	646.826,00	619.361,00	617.691,00
Florianópolis	145.175,00	180.996,00	173.573,00	161.981,00
Porto Alegre	854.975,00	1.171.775,00	952.476,00	900.131,00
Vale do Rio Cuiabá	155.718,00	182.709,00	173.013,00	126.402,00

FIGURA 1A: Número de indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo- Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2022 / IPCA).



PUCRS | LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL

